



GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Bruno Saggiorato

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

saggiorato38@gmail.com

RESUMO – A Geografia se constitui como uma ciência de síntese pela sua conformação e objeto de estudo, que exigem a contribuição de outras áreas do conhecimento. Nesse contexto, o objetivo do presente texto é apresentar uma discussão teórica em torno de temas poucos usuais atualmente na ciência geográfica, isto é, estabelecer uma relação entre desenvolvimento, industrialização e Geografia. Par atingir tal objetivo, a metodologia adotada na pesquisa foi uma revisão bibliográfica, abordando elementos concernentes às temáticas já mencionadas. Por meio do debate estabelecido no artigo, pode-se concluir que Estado e capitalismo são inseparáveis, não existe tal modo de produção sem Estado, como verifica-se com inúmeros exemplos históricos. Além disso, a industrialização de nações, regiões e municípios promove diversas transformações na paisagem geográfica e na dinâmica geoeconômica desses territórios.

Palavras-chave: Ciência geográfica; Geoeconomia; Indústria.

GEOGRAPHY, DEVELOPMENT AND INDUSTRIALIZATION

ABSTRACT – Geography is a science of synthesis due to its conformation and object of study, which require contributions from other areas of knowledge. In this context, the aim of this text is to present a theoretical discussion on topics that are currently rarely used in geography, namely establishing a relationship between development, industrialization and geography. In order to achieve this objective, the methodology adopted in the research was a bibliographical review, addressing elements concerning the aforementioned themes. Through the debate established in the article, it can be concluded that the state and capitalism are inseparable; there is no such mode of production without the state, as can be seen from countless historical examples. In addition, the industrialization of nations, regions and municipalities promotes various transformations in the geographical landscape and the geo-economic dynamics of these territories.

Keywords: Geographical science; Geoeconomics; Industry.

INTRODUÇÃO

A intenção neste artigo é discutir alguns elementos da Geografia que considera-se importante, além de debater temas como desenvolvimento econômico, industrialização, relevância da indústria e o papel do Estado nesses processos, assuntos pouco abordados conjuntamente na ciência Geográfica. Par atingir tal objetivo, a metodologia adotada na pesquisa foi uma revisão bibliográfica, abordando elementos concernentes às temáticas já mencionadas.

Explicitamente, a Geografia se constitui como uma ciência de síntese pela sua conformação e objeto de estudo, que exigem a contribuição de outras áreas do conhecimento. Para Mamigonian (1999), ela esteve disposta desde o seu nascimento a explicar o mundo de maneira peculiar e original.

A Geografia é ao mesmo tempo uma ciência humana e natural, ambas alçadas ao plano da complexidade e que não podem ser consideradas simplesmente apêndice ou extensão da outra. Portanto, a singularidade da Geografia é produto da unidade dialética entre o meio social e o

meio natural (GUGLIELMO, 1955). Além disso, “A Geografia é uma ciência universal, essa é sua razão de ser” (DRESCH, 2016, p. 214).

Na Geografia Humana, o paradigma da Formação Sócio-Espacial (FSE), apoiado na teoria Marxista e desenvolvido por Milton Santos (1977), constitui uma poderosa categoria de análise diante da tarefa de decifrar a realidade nas suas múltiplas determinações.

O Marxismo busca elucidar a essência dos fenômenos em detrimento de suas aparências, daí a visão de totalidade ser uma categoria mister. Ademais, para o Marxismo, a realidade não é inerte ou imutável, ela é histórica, dinâmica, e, portanto, muda, transforma-se e evolui, o movimento histórico é a sua característica nuclear. A contradição e a relação dos elementos presentes na realidade são a força motriz do seu devir (GERMER, 2003; 2008). Nesse sentido, a própria matéria é intrinsecamente mutável, pois, “o movimento é a forma de existência da matéria. Nunca, em parte alguma, existiu, nem pode existir, matéria sem movimento” (ENGELS, 1877, p. 112).

[...] Para Marx, o ser humano é a expressão de toda sua vida material e social, ou seja, produtor e produto das relações sociais. [...] A análise sobre a realidade, na ótica marxista, pressupõe iniciar-se do mais complexo, mesmo sendo abstrato, para o mais simples e concreto, voltando ao complexo, que pode ser apreendido de maneira concreta. Assim, tem-se uma situação que avalia o todo e as partes, mas não é possível pensar o primeiro (o todo) sem as últimas (as partes) e vice-versa. Deve-se, então, verificar tanto o que une as partes entre si com o todo, bem como as contradições entre esses (ARAUJO JUNIOR; ESPÍNDOLA, 2015, p. 115).

De acordo com Sereni (2013, p. 315), a categoria marxista de formação econômico-social expressa a “unidade (e, agregaremos, a totalidade) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultura da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico”. Milton Santos, a partir desse conceito – o qual segundo este autor é o mais apropriado para contribuir na formação de uma teoria do espaço – elaborou a categoria de Formação Sócio-Espacial, pois, “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 1).

A categoria de FSE diz respeito ao estudo da vida concreta de uma sociedade ou de um fenômeno em seu tempo histórico e na sua dimensão espacial, ou seja, compreende a gênese e evolução, bem como as relações dos elementos que designam essa realidade, que é particular, mas somente é apreendida no bojo da totalidade. Santos (1977, p. 6) afirma que “o dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão ao nível da totalidade”.

O espaço geográfico não é obra do acaso, é resultado da atividade social. Nas bases de uma organização social e espacial mínimas, o homem conscientemente usa os instrumentos de trabalho para impor-se diante da natureza, isto é, passa a produzir os elementos básicos de sua sobrevivência, abandonando a condição de homem animal. “O homem, [...] modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho” (ENGELS, 1999, p. 22).

O desenvolvimento humano é suscitado pelo trabalho, categoria fulcral e fundante do ser social. Para Engels (1999, p. 4), o trabalho “É a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Esse desenvolvimento, porém, não se dá de forma automática, mecânica e homogênea no tempo e no espaço geográfico, ao contrário, ele é contraditório, desigual e permeado pela luta de classes. O espaço é, portanto, “um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares” (SANTOS, 2004a, p. 153).

Com o desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente do aumento da produtividade do trabalho na contemporaneidade, a ciência e a técnica passaram a desempenhar um papel fundamental na vida humana, por conseguinte, elevando exponencialmente a capacidade do homem em exercer sobre a natureza sua preponderância. Nesse sentido, “são as combinações suscitadas pela atividade industrial que, evidentemente, melhor atestam a parte preponderante, por vezes exclusivas pelos fatores humanos, às custas, mesmo, dos fatores físicos ou biológicos” (CHOLLEY, 1964, p. 142). Além disso, “Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor os tempos naturais” (SANTOS, 2009, p. 237).

Além dessa introdução e das considerações finais, o texto está dividido em mais duas partes. Na primeira aborda-se o papel e a importância do setor industrial e da produção. Na sequência, apresenta-se um debate sobre Estado e desenvolvimento econômico no capitalismo, com exemplos históricos e aspectos teóricos.

POR QUE A INDÚSTRIA É RELEVANTE?

Inicialmente, expõe-se alguns esclarecimentos teóricos. Concorde-se que “Um dos pontos bases para o entendimento da geografia econômica tem sido a inter-relação entre a ciência geográfica e economia política” (SAMPAIO, 2020, p. 14). Ainda sobre isso, Egler (1994, p. 01) afirma que alguns “geógrafos acreditam que a economia perdeu sua importância explicativa e normativa diante da crise ambiental e política”. Um dos pressupostos centrais aqui defendidos é ter como ponto de partida a produção, buscando não repetir equívocos de trabalhos que fomentam

[...] uma espacialidade estéril, pois se ocupa dos processos históricos, sociais e geográficos, sem partir da esfera da produção – prática absolutamente crucial na análise das sociedades onde o capitalismo é dominante (ESPÍNDOLA e SILVA, 1997, p. 62).

Em países como o Brasil, a industrialização provocou alterações significativas na dinâmica do espaço geográfico, marcando a revolução capitalista, o avanço das forças produtivas e mudanças nas relações de produção, isto é, a transição da predominância das relações feudais-escravistas para as de natureza capitalista. Também inaugurou a urbanização e ganhos na produtividade do trabalho, conduzindo a escalada de um novo e mais alto patamar de contradições, inerentes ao próprio processo de desenvolvimento sob a lógica da acumulação e reprodução ampliada do capital.

A vida humana constitui-se, evolui e transforma-se materialmente. O homem por meio do seu trabalho produz, por exemplo, itens básicos e fundamentais à sua sobrevivência, como bens de consumo duráveis (moradia, eletrodomésticos etc.) e não duráveis (roupas, alimentos e bebidas etc.). Pode-se dizer que “A natureza dialética da idéia, enquanto processo, assim como a do trabalho, indica-nos que ambos se sintetizam num conceito mais alto, o de produção da existência. O homem deve ser definido filosoficamente como o ser que produz sua existência” (PINTO, 1979, p. 48).

Convém ainda afirmar que

[...] o homem, na própria raiz de sua essência, encontra-se, antes que em qualquer outra, na situação do técnico. Para o homem viver é, evidentemente e antes de qualquer coisa, esforçar-se em que tenha o que ainda não tem; isto é, ele, ele mesmo, aproveitando para isso o que tem; em suma, é produção. Com isto quero dizer que a vida não é fundamentalmente como tantos séculos acreditaram: contemplação, pensamento, teoria. Não; é produção, fabricação, e somente porque estas o exigem, portanto, depois, e não antes, é pensamento, teoria, ciência (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 15).

Em geral, atualmente um dos pilares fundamentais na produção material da existência é o setor industrial, em que os fatores de produção são transformados em bens destinados ao consumo humano. É também o setor que fabrica bens intermediários como peças, componentes e insumos; e ainda bens de capital, como máquinas e equipamentos, destinados para diversos ramos industriais. Além disso,

A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção. Com isso, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho o interior da sociedade e lança sem cessar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro. A natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade, em todos os sentidos, do trabalhador (MARX, 1996, p. 114-115).

No conhecida obra de Marx e Engels, “O Manifesto Comunista”, os autores afirmam que

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais (MARX e ENGELS, 2008, p. 13).

A indústria capitalista – que expressa um nível alcançado de desenvolvimento das foças produtivas - modifica a dinâmica econômica-social, diversifica e amplia a divisão social do trabalho e eleva a produtividade (pois substitui trabalho vivo por trabalho morto, isto é, braços por máquinas e põe em funcionamento técnicas mais avançadas de produção), em síntese, transfere para as cidades o centro dinâmico de uma dada sociedade.

No debate econômico, para a corrente predominante dos economistas neoclássicos, uma unidade do valor adicionado tem a mesma relevância para o desenvolvimento independente de qual setor ela é criada, conforme criticam Oreiro e Feijó (2010). Ainda nesse sentido, Bresser-Pereira, Feijó e Nassif (2016) comentam que para o pensamento neoclássico, a indústria, agricultura e os serviços têm a mesma importância para o avanço da produtividade do trabalho e a elevação da renda per capita.

Por outro lado, os economistas heterodoxos consideram o setor manufatureiro chave para o processo de desenvolvimento. A indústria não é um setor igual como outro qualquer, pois os efeitos de encadeamento são mais fortes comparado aos demais setores, é na indústria que a maior parte do progresso tecnológico ocorre e é difundido a partir dela para o restante da economia, proporcionando crescimento econômico de maneira sustentável (OREIRO e FEIJÓ, 2010; OREIRO e MARCONI, 2014). Segundo Bresser-pereira, Feijó e Nassif (2016, p. 5), Marx dava ênfase ao “papel do setor de bens de capital e da indústria de “larga escala” como motores do progresso tecnológico, do aumento da produtividade do trabalho e do desenvolvimento econômico”.

A Indústria possui uma capacidade ampla de dinamizar e causar efeitos de encadeamento intersetoriais, virtude que reflete no próprio crescimento e desenvolvimento econômico, na configuração do mercado de trabalho/renda e o papel desempenhado na divisão internacional do trabalho (DIT).

O economista Albert Hirschman (1961), pioneiramente, cunhou o conceito de efeito em cadeia ou efeitos de encadeamento – para frente e para trás - no que chamou de atividades diretamente produtivas (ADP). O autor assinala que

[...] podemos analisar dois processos de incentivo atuantes no setor ADP. 1) O input-provisão procura derivada, ou efeito em cadeia retrospectiva, isto é, cada atividade econômica não-primária induzirá tentativas para suprir, através da produção interna, os inputs indispensáveis àquela atividade. 2) A produção-utilização ou efeito em cadeia prospectiva, ou seja, toda atividade que, por sua natureza, não atenda exclusivamente às procuras finais, induzirá a tentativas de utilizar a produção como inputs em algumas atividades novas (HIRSCHMAN, 1961, p. 155-156).

Esses efeitos de encadeamentos se manifestam no que o autor definiu como indústrias-satélites, que podem se estabelecer tanto a montante quanto a jusante na cadeia produtiva. Hirschman exemplifica utilizando o caso do cimento: a fábrica de sacos reforçados para a embalagem seria uma formação-satélite pela jusante na cadeia. As indústrias-satélites possuem algumas características:

[...] a) desfruta de grande vantagem de localização pela proximidade da indústria principal; b) emprega como input fundamental um produto ou subproduto da indústria principal, sem o submeter a uma transformação esmerada, ou a sua produção básica é um input – em geral menor – da indústria principal; e c) a sua capacidade econômica mínima é menor que a da indústria principal (HIRSCHMAN, 1961, p. 158-159).

São evidentes os benefícios de uma economia com o setor industrial desenvolvido, diversificado e com longas cadeias produtivas de valor nacionais, pois

Num tecido industrial adensado, os produtores domésticos comercializam a maioria dos insumos e componentes entre eles, mantendo, dessa forma, ligações intersetoriais densas. Ao crescer a demanda por um produto, desencadeia-se uma produção adicional de segmentos a ele conectados na rede produtiva, aumentando também o emprego, a massa salarial, o desenvolvimento tecnológico e a arrecadação tributária (MORCEIRO, 2019, p. 3).

O setor produtor de manufaturas também é relevante para o desenvolvimento de regiões e pequenos municípios, pois ele é responsável por gerar boa parte dos empregos urbanos, conseqüentemente, também é responsável de uma fração considerável da renda que circula na economia local. E, ainda, a produção industrial acarreta receitas tributárias para o Estado.

É importante destacar que de maneira inequívoca, os diversos setores industriais são heterogêneos em relação a sua capacidade de gerar ganhos em desenvolvimento econômico e tecnológico. Por exemplo, nesse sentido, produzir móveis não é igual produzir máquinas que produzem os móveis, pois há uma considerável diferença de valor agregado desses produtos. Essas dessemelhanças, com alguma importância, conferem desenvolvimento desigual nos níveis local/regional/nacional.

Pode-se dizer, assim, que em certa medida permanece atual a ideia de que

A industrialização dos países subdesenvolvidos enfrenta atualmente dificuldades cada vez mais graves. Seus problemas estão ligados principalmente às servidões da tecnologia, em renovação constante e fonte de uma dependência crescente em matéria de equipamentos, matérias-primas, know-how e capitais (SANTOS, 2004b, p. 88).

Tais desigualdades expressam a relação centro e periferia no capitalismo, bem como o estágio monopolista/imperialista atual, como nos explicou Lênin (2011). Em termos práticos, por exemplo, Alemanha e Itália produzem bens de consumo, como móveis e bens de capital

modernos que produzem os móveis, detendo as inovações mais avançadas no setor. Por outro lado, o Brasil produz móveis e importa a tecnologia mais moderna de ambos os países citados.

Cabe lembrar que no capitalismo a apropriação da riqueza produzida é privada, inclusive, essa é a contradição fundamental do modo de produção capitalista, ou seja, a produção da riqueza é social e a sua apropriação é privada (NETTO e BRAZ, 2011). Além disso, as relações sociais são mediadas via mercado, ou seja, os lucros advindos da atividade realizada coletivamente pelos trabalhadores é apropriada pelos donos dos meios de produção, por exemplo, os donos das fábricas. No entanto, a industrialização eleva as condições gerais de vida da população em comparação com períodos pré-industriais ou pré-capitalistas, conduzindo à um conjunto de novas contradições.

Porém, isso não significa que as condições concretas atuais dos trabalhadores não possam progredir, pelo contrário. Ademais, as relações de produção capitalistas não são eternas, elas substituíram as suas precedentes e serão substituídas por relações de nível superior. É essencial ainda expor o seguinte raciocínio:

A análise marxiana fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a “questão social”, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa. A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precederam largamente a ordem burguesa); o que é distintivo deste regime é que a exploração se efetiva no marco de contradições e antagonismos que a tornam suprimível sem a supressão das possibilidades mediante as quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: *a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário – redução da produção de riquezas* (ou seja, a produção de bens e serviços necessários à vida social, a produção de valores de uso). Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez *produzida socialmente*, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso. A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem nada a ver com os desdobramentos de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade (uma “natureza humana” conclusa, dada para todo o sempre); tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. Por isto mesmo, a análise teórica marxiana interdita qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo (NETTO, 2013, p. 7-8).

Num caminho não divergente, Ignacio Rangel afirma que

O progresso da técnica permite-nos vislumbrar a possibilidade de uma sociedade onde as coisas úteis sejam tão abundantes que não mais tenham utilidade marginal – isto é, não mais tenham valor -. Mas isso ocorreria precisamente em consequência da abundância de utilidades ao dispor da sociedade. [...] essa marcha no sentido da abundância resulta de inovações tecnológicas – da introdução de combinações de menor custo (RANGEL, [1959] 1987, p. 115).

Por fim, é válido mencionar que “Homem, técnica e bem-estar são, em última instância, sinônimos (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 8). Referente ao debate sobre avanços tecnológicos, acertadamente nota-se que

As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria inexistem, porquanto têm origem não na própria maquinaria, mas em sua utilização capitalista! Como, portanto, considerada em si mesma, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta a jornada de trabalho; como, por si mesma, ela facilita o trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta sua intensidade; como, por si mesma, ela é uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela subjugua o homem por intermédio das forças da natureza; como, por si mesma, ela aumenta a riqueza do produtor, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela o empobrece etc (MARX, [1867] 2013, p. 402).

ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO CAPITALISMO

O Estado não é um elemento externo à sociedade, pelo contrário, erigiu-se dela a partir de um determinado estágio de seu desenvolvimento. O surgimento do Estado se deu com a cisão da sociedade em duas classes - a de homens livres e a de escravos – e sua incapacidade de resolver seus antagonismos fora da luta aberta (ENGELS, 2019). Além disso, o Estado surgiu no seio do conflito entre classes, assim, com exceções, o seu poder é exercido pela classe economicamente mais poderosa, “que se torna também, por intermédio dele, a classe politicamente dominante” (ENGELS, 2019, p. 158).

Dando continuidade na discussão, duas das características intrínsecas ao modo de produção atual são a sua instabilidade (crises cíclicas) e permanente contradição entre os interesses privados e coletivos (Luta de Classes), contradição que se expressa, por exemplo, na esfera do Estado moderno, em benefício maior ou menor para uma classe social ou frações de classe dependendo do seu nível de organização e poder em determinado tempo histórico.

Nesse sentido, Estado e capitalismo estão inseridos no debate sobre desenvolvimento econômico. Desde o fim da segunda guerra mundial, essa problemática tem se tornado cada vez mais central no pensamento teórico da economia. Anteriormente, o desenvolvimento econômico tinha menos espaço entre os economistas, sobretudo nos países do centro do capitalismo, onde a ocorrência do desenvolvimento era considerada espontânea. Esse quadro começou a mudar com a ascensão dos países socialistas (URSS, China, Leste Europeu) e das revoluções nacionalistas, cujas nações partiam do subdesenvolvimento e por meio da planificação econômica apresentaram rápido crescimento. Esse movimento foi determinante para que os economistas do mundo voltassem sua atenção para as questões do desenvolvimento (LANGE, 1986).

O desenvolvimento econômico pode ser conceituado como aumento do produto per capita. Usamos aqui a expressão produto p/c, ao invés da usual renda p/c, porque o termo renda adquiriu modernamente conotação inconveniente. O produto per capita é quociente de uma razão cujo primeiro – numerador – é o fluxo de utilidades geradas no país em um ano, enquanto o segundo é a população, no mesmo ano. Quando um país se desenvolve, cresce o quociente, o qual é também maior nos países mais desenvolvidos, que nos menos desenvolvidos. Ora, o objetivo do projetamento econômico é promover o desenvolvimento e, portanto, a expansão desse quociente (RANGEL, [1959] 1987, p. 79-80).

É com a conformação de um Estado-nação moderno que o processo de industrialização se realiza. Assim, os governos promovem condições que originam e dão sustentação ao desenvolvimento econômico, o conduzindo por meio de investimentos públicos, políticas macroeconômicas e políticas industriais que protejam suas respectivas empresas nacionais (BRESSER-PEREIRA, 2009).

O desenvolvimento econômico não é um processo trivial e muito menos natural, é um processo histórico complexo e carregado de contradições e desequilíbrios, que lhe conferem movimento e são inerentes a ele. Por conseguinte, tem como seu corolário mudanças profundas na sociedade e na forma como ela se organiza espacialmente.

Os estudos mais recentes sobre o desenvolvimento econômico enfatizam a dinâmica desse crescimento como relacionada ao processo de industrialização, que acarreta mudanças estruturais em uma economia, através da sua expansão por diversos canais, com efeitos finais sobre todo o sistema econômico (KON, 1999).

Esse processo supracitado é característica marcante da era de predomínio da acumulação e reprodução do capital, pois, “a extinção das relações sociais feudais ou pré-feudais sempre marca o início do desenvolvimento econômico” (LANGE, 1986, p. 34). Na esteira desse desenvolvimento, há alterações na base técnica-científica e produtiva, diversificação da divisão social do trabalho e expansão da produtividade do trabalho (condicionante *sine qua non* para a continuidade do progresso econômico).

Para Bresser Pereira (2009, p. 3-4), nas sociedades modernas Estado e mercado se complementam, “O Estado é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante; é, portanto, a instituição fundamental de cada sociedade, é a matriz das demais instituições. Já o mercado é uma instituição mais limitada, mas igualmente fundamental”.

No modo de produção capitalista, tanto em sua gênese quanto na sua evolução a ação do Estado historicamente ocupa uma posição central no desenvolvimento das economias nacionais, especialmente aquelas de capitalismo tardio, onde o protecionismo e os incentivos diretos são um elemento indispensável para o avanço das forças produtivas e a superação dos hiatos de desenvolvimento entre as nações.

O Estado desempenhou um papel muito importante, quer investindo diretamente em ramos como as ferrovias, as empresas de serviços públicos e as vezes mesmo em empreendimentos industriais e comerciais, ou então subsidiando empresas privadas. Particularmente na construção daquilo que se denomina infra-estrutura ou capital social fixo da atividade produtiva, o Estado costumava ser muito ativo como investidor ou como provedor de subsídios para os investimentos privados. Assim o investimento público desempenhou um papel importante no modelo capitalista de desenvolvimento (LANGE, 1986, p. 35).

Os estudos de Chang (2004) examinaram a história das estratégias de desenvolvimento dos países ricos fazendo um comparativo com as políticas adotadas por eles e as que são recomendadas aos países em desenvolvimento. O autor constatou que na verdade os países desenvolvidos estão “chutando a escada” que utilizaram para alcançar o topo ao inibir que outros países apliquem políticas institucionais e econômicas profícuas, que permitam se aproximar do topo da escada.

O economista alemão Friedrich List é geralmente apontado como o pai do argumento da indústria nascente, sustentado na seguinte premissa: perante os países desenvolvidos, os mais retardatários não atingirão a difusão de novas indústrias sem os esforços e os incentivos das políticas governamentais protecionistas. List argumenta que a Grã-Bretanha foi o primeiro país a aprimorar e impulsionar a indústria nascente, fundamento decisivo para a maioria dos países que prosperaram (CHANG, 2004).

Alexander Hamilton, Primeiro Secretário do Tesouro (1789-1795) dos Estados Unidos, teve um papel político fundamental no processo de independência americano na defesa dos industrialistas do Norte, pois entendia que a diversificação produtiva ensejada pela industrialização era central para diminuir a dependência econômica em relação à Inglaterra. Hamilton vai além, sustenta uma economia política em que a indústria é essencial para o progresso econômico, sendo necessário uma proteção à indústria nascente (FIORI e PADULA, 2019).

Mazzucato (2014) desenvolve sua argumentação combatendo a dicotomia entre um setor privado dinâmico, empreendedor etc. e um setor público ineficiente, burocrático e inerte. Baseada em exemplos históricos, a autora mostra como o Estado assume riscos e um papel revolucionário e inovador, estando envolvido no surgimento de inúmeras tecnologias, como a

internet, produtos fármacos, biotecnologias etc., riscos que o setor privado não assume, especialmente nas fases iniciais de desenvolvimento, quando as incertezas são maiores e o capital privado é impaciente, ficando a cargo do Estado realizar os primeiros e mais importantes investimentos em inovação.

[...] é ingenuidade esperar que o capital de risco invista nos estágios iniciais e mais arriscados de qualquer novo setor da economia atualmente (como energia limpa). Na biotecnologia, nanotecnologia e internet, o capital de risco chegou quinze ou vinte anos *depois* que os investimentos mais importantes foram feitos com recursos do setor público. A história mostra que essas áreas do cenário de risco (dentro dos setores, em qualquer momento; e no início quando novos setores estão surgindo), que são definidas pelo grande investimento financeiro, alto nível tecnológico e grande risco mercadológico, tendem a ser evitadas pelo setor privado e têm exigido grandes montantes de financiamento (de diferentes tipos) do setor público, assim como a visão e o espírito de liderança do setor público para decolar. O Estado está por trás da maioria das revoluções tecnológicas e longos períodos de crescimento. É por isso que um “Estado empreendedor” é necessário para assumir o risco e a criação de uma nova visão, em vez de apenas corrigir as falhas de mercado (MAZZUCATO, 2014, p. 51)

Para efetivar tais investimentos em inovações, por exemplo, demandou-se do Estado planejar, uma ação insubstituível na engrenagem do desenvolvimento econômico atual, e o foi empreendido na história, repleta de exemplos, na qual governos estabeleceram estratégias, de natureza socialista e/ou keynesiana para promoverem seus objetivos nacionais e/ou imperialistas. De acordo com Lange (1986, p. 38), “O planejamento torna-se característica básica e o instrumento principal do desenvolvimento econômico de nossa época”.

Debatendo a planificação da economia soviética e convergindo em grande medida, inclusive, com as ideias de Rangel ([1959] 1987), Lange (1986, p. 63) afirma que o “[...] desenvolvimento propositalmente planejado e conscientemente realizado é uma característica da sociedade socialista”.

De crise em crise foram-se formando elementos que capacitariam o homem a deixar de ser “escravo das circunstâncias” para se tornar o próprio criador de fatores. A Revolução Russa inaugurou as condições institucionais a isso ao permitir que a demanda efetiva se tornasse cada vez mais independente do preço dos fatores. O planejamento econômico desde então entrara na ordem do dia (JABBOUR; DANTAS; ESPÍNDOLA, 2020, p. 26).

Ainda sobre planejamento/projetamento, é preciso considerar na sua elaboração as condições da economia nacional e suas demandas concretas.

Do que ficou dito podemos estabelecer um princípio de validade geral: *não há planejamento em abstrato*. A natureza dessas operações muda com a estrutura e com a problemática contingente da economia de que se trata, donde se depreende a necessidade de definir previamente a estrutura e a problemática de nossa economia. Não há planejamento *em geral*, mas planejamento e projetamento em condições específicas, concretas, isto é, particulares. O balanço da economia nacional, qualquer que seja a forma que toma, deve refletir a estrutura básica da economia e atender a sua problemática (RANGEL, 1956, p. 263).

Os argumentos expostos dão conta de elucidar o papel fundamental do Estado no desenvolvimento humano e na superação de assimetrias espaciais na dinâmica produtiva regional/nacional, o que pode atenuar desigualdades econômicas, técnico-científicas, sociais etc., provocando verdadeiros saltos qualitativos e/ou estruturais.

Ao longo do processo histórico, o papel desempenhado pelo Estado se transforma em sintonia com as mudanças da realidade e a situação da luta de classes. Seu desempenho responde às demandas ou desafios postos em um período específico. Portanto, considerando as formações econômico sociais próprias, cada nação engendra institucionalidades estatais *pari passu* às suas

particularidades geoeconômicas e históricas. A resposta, na direção de superar ou não os dramas de cada povo, vai depender sobremaneira do poder político que é dominante e seus interesses. Contudo, no final do século XX, no contexto da “globalização” e da queda da URSS, a participação do Estado na economia e em benefício dos trabalhadores, bem como o próprio Socialismo, foram fortemente combatidos, dando lugar a um período de avanço das políticas neoliberais (ANDERSON, 1995) em vários países, como no Brasil.

Neoliberalismo e “globalização” são as duas ideias-força mais importantes impostas ao mundo pelo imperialismo norte-americano desde 1980, aproximadamente. Quando se iniciou o período depressivo atual no centro do sistema capitalista (ciclo Kondratieff), o capitalismo americano estava atordoado pelas derrotas militares na Ásia (Vietnã), pela expansão geopolítica da URSS, pela crescente concorrência japonesa e pela sua própria perda de dinamismo econômico (MAMIGONIAN, 2005, p. 150).

Ademais, para reforçar o argumento, estamos neste início do século XXI presenciando que

Como resultado das políticas neoliberais, a desigualdade de renda aumentou na maioria dos países como previsto, mas o crescimento de fato diminuiu significativamente. Além disso, a instabilidade econômica aumentou muito durante o período do domínio neoliberal. O mundo, especialmente o mundo em desenvolvimento, vivenciou crises financeiras mais frequentes e em larga escala desde a década de 1980. Em outras palavras, a globalização neoliberal falhou no atendimento de todas as frentes da vida econômica — crescimento, igualdade e estabilidade. Entretanto, somos informados constantemente dos benefícios sem precedentes que a globalização nos trouxe. A distorção dos fatos da história contada pelos especialistas no tema da globalização também é evidente no nível dos países. Ao contrário do que a ortodoxia nos faz crer, todos os países em desenvolvimento desde a Segunda Guerra Mundial tiveram sucesso por meio de suas políticas nacionalistas, usando a proteção, os subsídios e outras formas de intervenção do governo (CHANG, 2009, p. 50).

Como é possível perceber, o poder político é central para compreender as mudanças estruturais empreendidas pelos Estados nacionais. Por exemplo, a vitória dos industrialistas na guerra civil norte-americana, bem como a Revolução Comunista Chinesa de 1949 ou a Soviética de 1917 e a revolução capitalista de 1930 no Brasil, foram determinantes para o desenvolvimento dessas nações, respectivamente.

Assim como, por outro lado, a tomada do poder político pelos liberais no Brasil em 1990 guiou os rumos do futuro subsequente. Portanto, a partir da hegemonia política conquistada, o desenho das políticas econômicas é traçado.

Em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, a desigualdade entre o mundo rico e o mundo pobre se radicaliza. A solução da crise global passa por ações que revertam esse cenário, “ou se desenvolverá no sentido da regressão que aponta para a barbarização em larga escala da vida social. Ora, este é o rumo inelutável para que se dirige a proposta neoliberal (NETTO, 2012, p. 81).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma ciência abrangente, a Geografia possui grande capacidade de explicar a realidade. Trata-se, sem dúvida, de uma ciência estratégica, e como tal, não pode prescindir das discussões importantes do nosso tempo e dos desafios postos neste estágio de desenvolvimento da sociedade.

Isso posto, é fundamental à ciência Geográfica estar disposta e preparada para participar dos grandes debates. A Geografia e especificamente a Geografia Econômica, tem um papel a cumprir na discussão dos grandes temas contemporâneos. É uma ciência que possui autoridade e virtude para assim fazê-lo.

Tentou-se nesse texto demonstrar que o setor industrial, desenvolvimento e ciência Geográfica são temas interligados e que seu debate em conjunto necessitam ser levados adiante, pois são centrais para decifrar a realidade atual e (re) pensar sobre o futuro da sociedade vivendo na superfície da Terra.

A industrialização engendra processos geográficos de toda ordem, como refuncionalização de municípios e regiões, novas inserções espaciais e expansão da divisão social do trabalho. Ou seja, o processo de industrialização imprime transformações na paisagem e nos usos do território. Sabe-se, também, que no capitalismo há a presença do Estado na industrialização, promovendo ações, incentivos e programas por meio de instituições e empresas estatais.

Também é possível concluir que para que o processo de industrialização e as forças produtivas desenvolvidas no capitalismo sejam inteiramente colocadas em benefício comum como bens públicos para a sociedade, o modo de produção dominante não é capaz de entregar tal objetivo, pois o mesmo caracteriza-se pela concentração de riqueza e produção de desigualdades e seletividades espaciais.

AGRADICIMENTOS

O autor agradece à CAPES pelo financiamento do texto por meio de bolsa de pesquisa a nível de doutorado.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo, in: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ARAÚJO JUNIOR, Aloysio. M. de; ESPÍNDOLA, Carlos. J. Geografia Econômica: Pesquisa e ensino na ação Docente. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2015.
- BRESSER-PEREIRA L. C. Crescimento e desenvolvimento econômico, 2008 Disponível em:<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz. C; FEIJÓ, Carmem; NASSIF, André. A Reconstrução da Indústria Brasileira: A Conexão entre o Regime Macroeconômico e a Política Industrial. FGV-EESP, textos Para Discussão, 413, fevereiro, 2016.
- CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHANG, Há-joon. Maus Samaritanos: o mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009
- DRESCH, Jean. Reflexões sobre a Geografia. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 207-214, mês, 2016.
- EGLER, Claudio. Que Fazer com a Geografia Econômica Neste Final de Século? Anais do Simpósio Internacional “Lugar sócio-espacial, mundo”, 1994.
- ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. RocketEdition, 1999.
- ENGELS, Friedrich. Anti-Dühring. Edição de Ridendo Castigat de Mores, versão para ebook: ebooksBrasil.com, 1877.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ESPÍNDOLA, Carlos José; SILVA, Marcos A. Formação Sócio-Espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas). Experimental, nº 3, p. 61-67, setembro, 1997.

- FIORI, José. L.; PADULA, Raphael. Geopolítica e Desenvolvimento em Petty, Hamilton e List. *Revista de Economia Política*, vol. 39, nº 2 (155), pp. 236-252, abril/junho/2019.
- GERMER, Claus. M. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: Corazza, G. (Org.). *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GERMER, Claus. M. O capital de Marx como expressão de um método inovador. *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, p. 21-34. Editora UFPR, Curitiba, 2008.
- GUGLIELMO, Raymond. Geografia e Dialética. *La nouvelle critique*, nº 68, p. 143- 155. Tradução: AGB, São Paulo, set./out., 1955.
- HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- JABBOUR, Elias. M. K; DANTAS, Alexis. T; ESPÍNDOLA, Carlos, J. Considerações Iniciais Sobre a “Nova Economia do Projeto”. *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 17-42, mai./ago. 2020.
- KON, Anita. *Economia Industrial*. São Paulo: Nobel, 1999.
- LANGE, Oscar. *Ensaio sobre Planificação Econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).
- LÊNIN, Vladimir. I. *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas-SP: FE/UNICAMP, 2011.
- MAMIGONIAN, Armen. Gênese e Objeto da Geografia: passado e presente. *Geosul*, v. 14, n. 28, p. 167-170, Florianópolis, jul./dez. 1999.
- MAMIGONIAN, Armen. *Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico*. 2005. 266 f. Tese (livre-docência) – Departamento de Geografia, FFLCH - USP, São Paulo, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro primeiro, v.1, tomo 1. Col: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, [1867] 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MAZZUCATO, Mariana. *O estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. 1ª ed. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.
- MORCEIRO, Paulo. C. *Penetração dos insumos importados na indústria brasileira*. IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2019.
- NETTO, José. Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- NETTO, José. Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. *Novos Rumos, Marília – SP*, v. 50. Nº 1, 2013.
- OREIRO, José. Luis; FEIJÓ, Carmem. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219- 232, abril-junho/2010.
- OREIRO, José. Luis; MARCONI, Nelson. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira. *Revista NECAT - Ano 3, nº5 Jan-Jun de 2014*.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Meditação da técnica*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RANGEL, Ignácio. *Desenvolvimento e Projeto*. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais*, ano 5, nº 9, Belo Horizonte, janeiro/junho, 1956.
- RANGEL, Ignácio. *Elementos de Economia do Projeto*. São Paulo: Editora Bial, 2ª ed. [1959] 1987.

SAMPAIO, Fernando dos Santos (org). Sudoeste Paranaense: geografia econômica e desenvolvimento regional. Curitiba: CRV, 2020.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, nº 54. São Paulo, junho, 1977.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6ª edição. São Paulo: USP, 2004a.

SANTOS, Milton. O espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004b.

SERENI, Emilio. DE MARX A LÊNIN: a categoria de “formação econômico-social”. Meridiano, nº 2. Buenos Aires, 2013.